

Denise Gisele Silva Costa  
Coordenadora do Instituto de Ensino  
e Pesquisa Uniapae - SP

A pessoa com deficiência intelectual e múltipla tem ganhado visibilidade na nossa sociedade, devido a vários esforços que trazem à tona a importância da inclusão social. Nesse sentido, a Revista APAE Ciência tem se mostrado fundamental na luta pela garantia dos direitos desse segmento populacional.

A abertura de espaços profícuos a pesquisas e estudos, bem como a trocas de experiências e diálogos, permitem a construção coletiva de conhecimentos que impactam positivamente na qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo. É com esse objetivo que a Federação das APAEs do Estado de São Paulo promove, anualmente, o seu Congresso Científico On-line, visando a participação de profissionais, pesquisadores, docentes, usuários e as suas famílias, em um amplo debate, em busca de estratégias para o enfrentamento da realidade social.

O dossiê ora apresentado será composto por artigos submetidos no II e III Congresso Científico On-line da Federação das APAEs do estado de São Paulo, que tiveram como temas “Políticas Públicas e a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência” e “Os desafios para a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo na atualidade”.

O II Congresso, realizado em setembro de 2021, com o tema “Políticas Públicas e a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência” por palestras, mesas redondas e submissão de artigos científicos, contribuiu para o fortalecimento do debate acerca da importância das Políticas Públicas para a qualidade de vida e a inclusão social desse segmento populacional.

O III Congresso realizado em agosto de 2022, abordou a temática sobre “os desafios para a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo na atualidade”, discutindo de forma multidisciplinar os mais variados desafios da inclusão social no Brasil, em especial, nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação.

Inicia-se essa edição com o artigo “Efetivação do direito de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência intelectual pelo SUS”, que busca discutir sobre o direito à habilitação e à reabilitação da pessoa com deficiência intelectual, considerando a importância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS), que ao garantir um tratamento adequado na saúde, propicia um impacto positivo na qualidade de vida da pessoa com deficiência e da sua família.

Na sequência, o artigo “Currículo Paulista e Currículo Funcional: adaptações necessárias para o atendimento do público alvo das escolas de Educação Especial” propõe uma análise do referencial bibliográfico sobre a interlocução do Currículo Paulista, obrigatório nas escolas de educação especial do estado de São Paulo e do Currículo Funcional, tido como um documento de amplo alcance, construído a partir da necessidade do aluno, considerando as suas potencialidades, cultura familiar, objetivos de vida e desejos.

Dando continuidade, o artigo “Projeto de Comunicação alternativa: estudos sobre protocolos de avaliação” apresenta o conceito de deficiência e da pessoa com necessidade complexa de comunicação e, na sequência, aborda os protocolos e os materiais destinados ao processo de avaliação para ratificar a elegibilidade do usuário para o Projeto de Comunicação Alternativa.

Finalizando os artigos apresentados no II Congresso, temos o artigo “Pela revolução dos paradigmas jurídicos-sociais de proteção das pessoas com deficiência: o modelo de di-

reitos humanos possui validade transformadora?”. Nele, enfatiza-se que as pessoas com deficiência foram historicamente afastadas da possibilidade de acessar e exercer os seus direitos humanos, com base em um princípio de isonomia com pessoas sem deficiência. A transformação desse cenário apenas se fez possível graças à construção de paradigmas jurídico-sociais, responsáveis não apenas por definir quem poderia ser considerado pessoa com deficiência, mas, principalmente, por servir de elemento orientador de políticas legislativas e sociais para a proteção desse grupo. Nesse contexto, o artigo incita o debate sobre o paradigma social, apresentando as suas limitações, ao mesmo tempo que propõe a ideia do modelo de direitos humanos como mecanismo de maior proteção às pessoas com deficiência.

Da seleção de artigos apresentados no III Congresso, iniciamos com o denominado “A fundamentalidade do direito à educação sob a perspectiva das pessoas com deficiência: da formalidade a sua materialização”, que busca discutir o paradoxo entre a garantia de direitos e sua concretização. Nesse contexto, faz-se uma breve retrospectiva histórica do ensino voltado para este público, discutindo o amparo legal e as políticas públicas vigentes para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental.

No estudo “A influência da intervenção precoce no processo de inclusão social”, avalia-se como a Intervenção Precoce auxilia a criança com Deficiência Intelectual, Múltipla e Autismo na inclusão social, a partir da realização de uma pesquisa com 80 famílias de crianças atendidas pelo Programa de Intervenção Precoce na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de São José dos Campos- SP. Concluiu-se que os atendimentos especializados realizados de forma precoce favorecem a inserção da criança na sociedade, uma vez que contribuem para a autonomia, independência, comunicação, interação e desenvolvimento motor dela.

O próximo artigo traz o tema “Sexualidade e deficiência intelectual: estigmas e preconceitos”. Nele se discute a sexualidade como um atributo humano inerente a qualquer pessoa, a despeito de limitações de cunho biológico, psicológico ou social. Nesse sentido, a sexualidade da pessoa com Deficiência Intelectual (D.I) é inegável, ainda que o grau de comprometimento intelectual possa influenciar na capacidade de manifestar e vivenciar os vínculos afetivo-sexuais. O estigma é atribuído desde o momento em que se percebe algo de diferente em uma pessoa e a sociedade relaciona essa diferença a uma marca negativa. A partir dessa compreensão, discute-se sobre os estigmas e preconceitos que permeiam a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, compreendendo-a como um atributo importante para a inclusão social. O estudo se deu a partir da revisão de literatura e documental.

O artigo “Intervenções neuropsicológicas breves em casos de lesão encefálica adquirida (LEA)” parte da premissa de que é essencial aos profissionais da área de neuropsicologia o conhecimento acerca das possibilidades de intervenções breves focadas em pacientes com lesões encefálicas adquiridas (LEA). Ao longo do trabalho são apresentados alguns tipos de lesões e propostas de intervenções, por uma revisão narrativa de literatura.

Dando continuidade, temos o artigo “Pessoa com deficiência e os desafios para a inclusão no mundo do trabalho”, que faz uma leitura da realidade pela abordagem histórico-crítica, referente à trajetória das pessoas com deficiência. Em particular, são analisados os desafios para a sua inserção no mercado de trabalho. Dialoga-se com autores que abordam a questão do trabalho contemporâneo construindo uma crítica sobre o sentido do trabalho, as suas mudanças e tendências no contexto atual, juntamente ao processo de precarização e exclusão de parte da população, em especial da pessoa com deficiência, dos meios formais de subsistência.

Finalizamos esse dossiê com o artigo “Reflexões acerca do acesso à inclusão da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo na sociedade contemporânea sob a ótica da Política de Assistência Social”. O trabalho discorre sobre os desafios da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, o papel das políticas públicas, das leis e normas estatutárias que abarcam

as pessoas com deficiência, no sentido de inseri-las em contextos que até então eram distantes das suas realidades em razão do preconceito estrutural existente desde os tempos antigos, refletindo que tão importante quanto a criação de leis e/ou políticas, é fazer com que essas sejam executadas.

Desejamos que o acesso a esses materiais contribua efetivamente para a visibilidade da questão da pessoa com deficiência no Brasil, pois só a partir de várias discussões e pontos de vista conseguiremos construir uma sociedade realmente inclusiva.

Boa leitura!